



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Asssembleia Legislativa de Alagoas
PROTOCOLO GERAL 1845/2019
Data: 09/08/2019 - Horário: 09:58
Legislativo

MENSAGEM Nº 29/2019

Maceió, 7 de agosto de 2019

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 76/2019, que “**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020, nos termos §2º do Art. 176 da Constituição Estadual, e dá outras providências**”, pelas razões aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, algumas das alterações parlamentares realizadas no Projeto de Lei nº 76/2019 impossibilitam a sua sanção integral.

Razões da Inconstitucionalidade Formal e Material:

a) **§5º do art. 10:** ao alterar o texto proposto por emenda parlamentar, suprimindo em especial a menção “lei específica”, passando a prever que o benefício deverá apenas estar previsto na LOA 2020, o Parlamento não observa a disposição do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o qual determina que a autorização da destinação de recursos públicos ao setor privado deve ser realizada por lei específica, além de estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, e atender às diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO.

b) **art. 53:** a nova redação inserida pelo Parlamento inclui, dentro de uma previsão inicial de “remanejamentos orçamentários que não alterem o aprovado na Lei Orçamentária Anual”, uma disposição flagrantemente incompatível com as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, recepcionada pela nova ordem constitucional com o *status* de lei complementar, consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O art. 42 da referida lei dispõe que os créditos suplementares, assim entendidos os destinados a reforço de dotação orçamentária (art. 41, I), serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, não havendo espaço para que esses créditos sejam abertos por ato dos titulares de outro Poder ou Órgão, fato que acarretaria usurpação de competência.

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

NESTA



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

c) §1º, art. 54: quanto ao dispositivo acrescentado, verifica-se a incompatibilidade do prazo previsto de 20 (vinte) dias após o encerramento de cada quadrimestre para publicação da metodologia e memória de cálculo da evolução da Receita Corrente Líquida Estadual, com previsão inserta no art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o qual elenca o prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre para publicar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

O prazo acima descrito encontra-se definido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – Lei Federal que não pode ser alterada pelo Legislador Estadual, considerando as definições de competência elencadas na Constituição Federal.

d) arts. 55, 56 e 57: através destas emendas aditivas, ficou incluído na LDO a determinação de serem acrescentados novos relatórios na LOA, um sobre o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, outro informando todas as empresas beneficiárias de renúncia de receita e incentivos fiscais, com o objetivo de favorecer a transparência, fiscalização e o controle da gestão fiscal. No entanto, a inclusão de tais dispositivos fere o princípio da exclusividade de matéria orçamentária, não restando outra opção além do veto dos artigos 55, 56 e 57, sob pena de violação ao que dispõe a norma constitucional.

e) art. 66: por fim, o acréscimo do presente artigo viola as regras vigentes, em especial a matéria financeiro-orçamentária e previsões da Lei Complementar nº 101 de 2000, ao prever, de forma genérica, a obrigação de o Poder Executivo contemplar todas as políticas públicas legais instituídas pelo Estado de Alagoas na Lei Orçamentária, deixando de observar as regras vigentes acerca de limites e vedações de ordem financeira, bem como da efetiva existência e disponibilidade de recursos financeiros.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar, em parte, o Projeto de Lei nº 483/2017, especificamente o **§º5 do art. 10, o art. 53, o §1º do 54, e os arts. 55, 56, 57 e 66**, por **inconstitucionalidade formal e material**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Processo nº E: 1101-1285/2019

Interessado: Assembleia Legislativa Estadual.

Assunto: Projeto de Lei nº 76/2019. “*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020, nos termos §2º do Art. 176 da Constituição Estadual, e dá outras providências*”.

Com fundamento no art. 89, § 1º, da Constituição Estadual, **VETO PARCIALMENTE**, por inconstitucionalidade formal e material, o Projeto de Lei nº 76/2019.

Sanciono e promulgo, com os vetos o § 5º do art. 10, o art. 53, o § 1º do art. 54, e os arts. 55, 56, 57 e 66, o Projeto de Lei nº 76/2019, de iniciativa do *Poder Executivo* e aprovado pelo Poder Legislativo Estadual.

Publique-se e dê-se ciência do veto e de suas razões à egrégia Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Em 7/8/2019.


JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO
Governador

Publicado no
Suplemento DOE
de 8/8/2019.